

Educação de Infância / Early Childhood Education

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.26>

Maria Letícia Nascimento

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI), Brasil

Educação de Infância

A educação de infância, ou educação infantil, que abrange crianças desde o nascimento até por volta de seis anos de idade, representa a realização do direito à educação pública desde o nascimento, significa oportunidade de convivência coletiva de crianças e proporciona-lhes o contacto com elementos culturais e práticas educacionais diversas. Insere-se como campo de conhecimento ao mesmo tempo em que se constitui como política para a infância.

Instituições com diferentes funções sociais e pedagógicas, criadas desde o final do século XIX a partir de variadas concepções de infância, têm-se ocupado de meninos e meninas, principalmente em centros urbanos, nos quais há crescente procura por creches, jardins de infância, escolas de educação infantil e similares. A procura acontece tanto motivada pelo trabalho feminino ou familiar quanto, mais recentemente, pela realização de direitos das crianças e, ainda, por proporcionar oportunidades de relacionamento quotidiano entre crianças, muitas vezes isoladas nas cidades, sem irmãos, primos ou crianças de idade próxima.

As concepções de infância, assim como as práticas sociais relativas às crianças, são construções culturais que refletem as sociedades onde estão inseridas. Pode-se dizer que, ao longo do tempo, predominou o pressuposto de que as crianças que frequentavam as instituições de educação infantil eram destinatárias de determinados cuidados sociais, porque, do ponto de vista social, esperava-se que as crianças recebessem essa primeira educação e cuidados das suas famílias e não de instituições públicas. A educação da pequena infância era vista como suporte às famílias trabalhadoras, e, nessa linha, oferecia às crianças condições de higiene e saúde, além de atividades voltadas ao desenvolvimento normal, determinado por uma sequência ordenada de aquisições de ordem cognitiva, isto é, baseada numa visão pré-determinada e universal da infância, que a considera como tempo de preparação e passagem para a vida adulta, em razão da configuração adultocêntrica das sociedades contemporâneas.

Essa concepção, entretanto, vai sendo questionada à medida que novas pesquisas sobre a infância ganham espaço e que o reconhecimento das

crianças pequenas como pessoas faz emergir novos valores em relação à sua educação. Isso significa que, ao invés da atribuição de características como fragilidade, incompetência, negatividade às crianças, se reconhece a sua diferença em relação aos adultos e suas ações concretas e simbólicas, como, por exemplo, a elaboração de normas e regras sociais para o próprio convívio, a partir dos mundos sociais adultos (Ferreira, 2004), ou a produção de conhecimento partilhado, de repertório para a agência coletiva (Corsaro, 2005). A produção de pesquisa sobre e com crianças, com base na Sociologia da Infância, vai ampliar a visibilidade das crianças pequenas e promover uma reconfiguração da educação infantil.

As crianças são consideradas como sujeitos de direitos, do ponto de vista da legislação nacional e internacional, como agentes sociais e produtoras de cultura, com base nos estudos da infância, e a educação de infância vai abrir espaço para ações, negociações e recriações das rotinas, dos tempos, dos espaços e das linguagens presentes nas creches, jardins de infância, escolas de educação infantil, locais privilegiados para a constituição de uma cultura de grupo, nos quais as crianças têm experiências coletivas, exercem as suas práticas sociais e vivem a sua infância. Nessa linha, um projeto educativo de qualidade em educação infantil respeita as crianças e o seu modo de lidar com o mundo, valoriza-as, visibiliza-as e promove-as como atores sociais de pleno direito, inseridas em redes de relações que envolvem crianças e adultos.

Estudar as crianças e a infância a partir das suas experiências coletivas e contextualizadas em diversos contextos sociais, económicos, políticos e culturais nos quais acontece a educação de infância, ou, ainda, examinar os efeitos diretos e indiretos dessas configurações na produção das culturas infantis, ou, além, apreender conceitos, valores e rotinas dos adultos em relação à infância, numa relação de reciprocidade e interdependência, tornam-se elementos importantes também para a elaboração de políticas públicas para a infância e sua educação.

A educação de infância pautada por esse paradigma tem sido construída há pouco mais de trinta anos, e, a partir de sua própria história, das expectativas das famílias, da presença do senso comum, da pesquisa, da legislação e das políticas para a infância, pode-se dizer que o campo tem lidado com contradições, com tensões e desafios. Cabe considerar que mudanças de conceção e de atitude se tornam um exercício quotidiano, que exige disponibilidade e abertura para novas práticas sociais. Por outras palavras, escutar as crianças, rever as práticas pedagógicas, fazer de outro jeito implica

em tempo, disposição, compartilhamento de ideias e ações, abertura para a surpresa e para a diversidade.

Early Childhood Education

Early Childhood Education is implemented for children from birth to about six years old, as it represents the realization of the right to public education from birth. This means opportunities for children to experience collective social interaction and have contact with diverse cultural elements and educational practices. It is recognized as a field of knowledge and constitutes a policy for childhood as well.

Institutions with different social and pedagogical functions, created since the late nineteenth century and based on different conceptions of childhood, have been intended for small children, especially in urban centres, where there is a growing demand for daycare, kindergartens, schools of Early Childhood Education and similar institutions. This demand is motivated by maternal or family work, or, as more recently, by the acknowledgment of children's rights. These facilities provide opportunities for everyday social relationships among children, often isolated in cities, without siblings or cousins.

The conceptions of childhood, as well as social practices related to children, are cultural constructions that reflect their societies. Over the years, the mainstream assumption was that children who attended kindergartens were in need of specific social care, because from a social point of view children were expected to receive this first education and care in the family, not in public institutions.

Early Childhood Education was seen as a support for working families that provided hygienic and healthy conditions for children, as well as activities that aimed at normal development determined by an ordered sequence of cognitive acquisitions. Thus, based on a predetermined and universal view of childhood, it is considered as a time of preparation and passage into adulthood, as a result of the adult-centred configuration of contemporary societies.

This conception, however, is being questioned as new research on childhood is gaining more attention and the recognition of young children as people offers new values regarding their education. This means that instead of attributing characteristics such as fragility, incompetence, and negativity to

children, there is a recognition of their difference in relation to adults and their concrete and symbolic actions, like the elaboration of social norms and rules for their own interaction, stemming from adult social worlds (Ferreira, 2004), or the production of shared knowledge, a repertoire for collective agency (Corsaro, 2005). Research on and with children based on the Sociology of Childhood will increase the visibility of young children and promote a reconfiguration of Early Childhood Education.

From the point of view of national and international law, children are considered as subjects of rights and, based on childhood studies, as social agents and producers of culture. In Early Childhood Education, children have the opportunity to act, negotiate and recreate routines, times, spaces and languages present in day care, kindergartens, and schools of Early Childhood Education. These contexts are thus turned into privileged places for the constitution of a group culture, in which children have collective experiences, exercise their social practices and live their childhood. In this sense, a more specialised educational project in Early Childhood Education respects children and their way of dealing with the world, values them, makes them visible and promotes them as full social actors, part of networks of relationships involving children and adults.

Studying children and childhood from their collective and contextualized experiences in various social, economic, political and cultural contexts in which Early Childhood Education takes place, examining the direct and indirect effects of these configurations on the production of children's cultures, and understanding adults' conceptions, values and routines pertaining to childhood in a reciprocal and interdependent relationship, have also become important elements for the elaboration of policies for childhood and early education.

Early Childhood Education, guided by this paradigm, has developed over a little more than thirty years, and from its own history, family expectations, the presence of common sense, research, legislation and policies for childhood, it is evident that the field has dealt with contradictions, tensions and challenges. It is important that changes in conception and attitude become a daily exercise, one that demands readiness and an openness to new social practices. In other words, listening to children, reviewing pedagogical practices, and doing things in a different way implies time, willingness, sharing ideas and practice, and an openness to surprise and diversity.

Referências / References

Corsaro, W.A. (2005). Collective Action and Agency in Young Children's Peer Cultures (pp. 231-247). In Qvortrup, J. (ed.) *Studies in modern childhood: society, agency, culture*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Ferreira, M. (2004). *A gente gosta é de brincar com os outros meninos! Relações sociais entre crianças num jardim de infância*. Porto: Edições Afrontamento.